

A LÍNGUA ESPANHOLA NO VESTIBULAR: O CASO DO VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ

Rogério Back*

RESUMO

Criado com o propósito de viabilizar aos povos originários o ingresso, permanência e conclusão dos cursos de graduação, o Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná tem se destacado por seu caráter unificado de admissão às principais instituições públicas de ensino presentes no estado paranaense. Neste certame, uma exigência é a prova de conhecimentos em língua estrangeira, composta por questões que visam o entendimento do aluno em outro idioma, no caso a espanhola. Neste sentido, este artigo tem como objetivo principal analisar como a prova de língua espanhola se dá no caso do vestibular integrado indígena do Paraná e seu encaminhamento avaliativo, ponderando também a concepção de língua e método de ensino/aprendizagem que compõem o caderno de questões. A base teórica está centrada principalmente no modelo didático de gêneros (BRONCKART, 2003; 2006; CRISTÓVÃO, 2002; CRISTÓVÃO, 1996; DURÃO, 1999). Desde uma abordagem qualitativa, o parâmetro metodológico confronta as questões do vestibular com as competências específicas e habilidades propostas pela nova Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), sobretudo no que concerne a questão das Linguagens e suas Tecnologias do Ensino Médio, bem como com os preceitos da Educação Escolar Indígena (BRASIL, 1994). Dentre os resultados, pondera-se a diversidade estilística nas questões avaliativas, ora com maior e menor teor gramatical, ora elaboradas na língua estrangeira, ora em língua portuguesa. Assim, este artigo servirá também de insumo para que candidatos melhor se preparem para com esta prova, bem como de parâmetro para a elaboração de semelhantes modelos diferenciados de acesso indígena ao ensino superior.

Palavras-chave: Vestibular indígena. Língua espanhola. Povos originários.

RESUMEN

Creado con el propósito de posibilitar el ingreso, la permanencia y la conclusión de los pueblos indígenas en los cursos de graduación, el *Vestibular* de los Pueblos Indígenas de Paraná se ha destacado por su perfil unificado de admisión en las principales instituciones de enseñanza pública presentes en el estado de Paraná. En este certamen, un requisito es la prueba de conocimiento en un idioma extranjero, compuesta de preguntas destinadas a evaluar a la comprensión del estudiante en otra lengua, en este caso el español. En este sentido, el objetivo principal de este artículo es analizar cómo se realiza la prueba de lengua española en el caso del *vestibular* indígena integrado de Paraná y su evaluación, considerando también la concepción de lengua y el método de enseñanza/aprendizaje que componen el cuaderno de preguntas. La base teórica se centra principalmente en el modelo didáctico de género (BRONCKART, 2003; 2006; CHRISTOVAN, 2002;

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras, bolsista Capes/Proex, Universidade Federal do Paraná. Licenciado em Letras: Língua espanhola e literaturas em língua espanhola, Universidade Federal de Santa Catarina, São Miguel do Iguçu, Paraná. E-mail: backruz@hotmail.com

CHRISTOVAN, 1996; DURÃO, 1999). Desde un abordaje cualitativo, el parámetro metodológico confronta las cuestiones del vestibular con las habilidades y destrezas específicas propuestas por la nueva Base Curricular Nacional Común (BRASIL, 2018), especialmente en lo que se refiere a la cuestión de las lenguas y sus tecnologías de la escuela secundaria, así como a los preceptos de la Educación Escolar Indígena (BRASIL, 1994). Entre los resultados, se considera la diversidad estilística en las preguntas evaluativas, a veces con más y menos contenido gramatical, a veces elaboradas en el idioma extranjero, a veces en el idioma portugués. Por lo tanto, este artículo también servirá de insumo para que los candidatos se preparen para esta prueba, así como de parámetro para la elaboración de modelos diferenciados similares de acceso indígena a la educación superior.

Palabras-clave: Examen de admisión indígena. Lengua española. Pueblos originarios.

Fecha de sumisión: 10/10/2020

Fecha de aprobación: 28/11/2020

1 INTRODUÇÃO

Muito embora o ensino da língua espanhola como língua estrangeira (doravante ELE) na educação básica, outrora obrigatório pela Lei 11.161/2005, tenha sido revogado pela aprovação da Reforma do Ensino Médio (Lei Federal 13.415/2017), a opção pelo espanhol nas provas de língua estrangeira moderna (LEM) nos processos de admissão ao ensino superior ainda é uma forte constatação. Nesse sentido, mapear como se estruturam as provas de ELE pertencentes aos cadernos avaliativos destes certames é algo relevante para que se pondere as concepções de língua e respectivos aportes teórico-metodológicos que lhes regem, possibilitando ao candidato melhor se posicionar neste sentido.

Nesta linha, este trabalho que tem como *corpus* a prova de língua espanhola das três últimas edições do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, apresenta uma discussão de como as questões avaliativas desses cadernos se estruturam e proporcionam a integração dos diferentes povos originários ao ensino superior. Destarte, analisa de que maneira a temática indígena se respalda nas questões em espanhol, para que se mantenham preservadas também a identidade pluricultural e diferenciada que regulamenta a educação escolar indígena (BRASIL, 1994).

Este estudo, ademais de elencar a organização das questões avaliativas em língua espanhola, estabelece um recorte teórico que versa entre o modelo didático de gêneros (BRONCKART, 2003; 2006; CRISTÓVÃO, 2002; CRISTÓVÃO, 1996; DURÃO, 1999), perfazendo um paralelo contínuo com as habilidades pré-estabelecidas para com o ensino de língua estrangeira moderna (LEM) proposto pela Nova Base Comum Curricular (BNCC).

Assim, em um primeiro momento, explorar-se-á um breve panorama histórico da implementação deste modelo de acesso ao ensino superior nas instituições paranaenses, elencando dados importantes, como o número de candidatos e se discutirá a questão de leitura em língua estrangeira à luz da nova BNCC. Posteriormente, após um recorte teórico, se analisarão as questões de língua espanhola propostas nas três últimas avaliações do vestibular, culminando

em uma reflexão sobre o papel da língua portuguesa nestes materiais. Por fim, após estas discussões, a contribuição que se tem é pontuar de que maneira o aluno indígena poderá melhor se preparar para com a este relevante suporte de acesso à universidade pública e de qualidade.

2 O VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ

2.1 Breve panorama histórico

No ano de 2001, o estado do Paraná se tornou o primeiro na aprovação de lei que visa uma ação afirmativa de acesso aos povos indígenas ao ensino superior. Trata-se da Lei 13.134, de 18 de abril de 2001, que determina a criação de três vagas suplementares para as universidades estaduais paranaenses a serem ocupadas exclusivamente por indígenas. Mais tarde, esse número de vagas foi estendido à seis pela Lei Estadual nº 14.995/2006. Já o número de vagas ofertadas pela Universidade Federal do Paraná são 10 (dez). Face essas questões afirmativas, instituiu-se, por meio da Resolução Conjunta nº 006/2007 (SETI), de maio de 2007, a Comissão Universidade para os Índios (CUIA), visando assegurar, fiscalizar e viabilizar todos os processos que envolvem o Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná.

Fazem parte das instituições paranaenses que aderem ao vestibular indígena unificado; a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A coordenação das provas de vestibular é alternada ano a ano entre as universidades, sendo que o Núcleo de Concursos (NC) da UFPR fica instituído em caráter permanente pela Portaria nº 95-UFPR de 12/06/2002.

2.2 Número de candidatos e modelo de prova

A função suplementar e diferenciada do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná faz com que o número de inscritos cresça a cada ano. Coordenado pela UEM, a edição XVII do certame contou com um total de 754 candidatos. Por sua vez, o ano de 2018 (XVIII edição) detém o recorde de inscritos dentre todas as edições: 852 candidatos (a coordenação ficou a cargo da UEPG). Já a última edição (2019) contou com 752 inscritos e foi realizado pelo NC-UFPR, superando inclusive o total de candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio, que contou com 445 indígenas participantes no estado do Paraná¹.

Para se inscrever, os candidatos indígenas deverão preencher, além da ficha de inscrição, um questionário socioeducacional e uma carta de recomendação/autodeclaração, visando maior idoneidade ao certame, um mapeamento étnico, entre outras questões de cunho estatístico. Um dado relevante é que o Manual do aluno é escrito em português, Guarani e Kaingang, povos majoritários no estado paranaense, tudo para que os alunos possam melhor

1 Fonte: INEP: Press Kit ENEM 2019.

compreender o que se pede durante a realização das provas.

No momento de inscrição, que é gratuita, o candidato deverá optar por qual vaga e curso está a pleitear. Contudo, alguns requisitos devem ser cumpridos, sendo eles:

Art. 5º. São requisitos indispensáveis para as inscrições:

I – Ter concluído, até a data da matrícula (caso aprovado), os estudos relativos ao Ensino Médio ou equivalente e apresentar comprovação no ato da matrícula; II – Não possuir curso superior; III – Autodeclarar-se indígena por meio de documento escrito e assinado, no ato da inscrição; XIX Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná – Página 2 de 11. IV – Ao optar pelas universidades estaduais do Paraná, o candidato deverá, adicionalmente, comprovar que pertence a uma comunidade indígena no território paranaense e que é de etnia indígena, conforme documentos exigidos no inciso IV, do art. 9º; V – Ao optar pela Universidade Federal do Paraná o candidato deverá, no ato da inscrição, comprovar que pertence a uma das comunidades indígenas do território brasileiro, conforme documentos exigidos no inciso IV, do art. 10; VI – Indicar a universidade em que pretende concorrer à vaga em primeira opção, observando as exigências contidas no art. 4º e em seus parágrafos; VII – Indicar, de acordo com o inciso V deste Artigo, outras universidades como segunda e terceira opções, observando as exigências contidas no art. 4º e em seus incisos. Parágrafo único. As inscrições dos candidatos que não atenderem aos incisos IV e V deste Artigo, conforme o caso, serão analisadas, para efeito de homologação, por uma Comissão Interétnica constituída por 8 (oito) membros, dos quais 1 (um) do NC/UFPR, 1 (um) da CUIA, 4 (quatro) caciques das terras indígenas do Paraná, 1 (um) da SETI e 1 (um) membro da FUNAI. (NC-UFPR, 2019, s/p).

O vestibular ocorre durante dois dias. No primeiro, tem-se uma avaliação oral, momento no qual se mensura a capacidade de leitura de um texto predeterminado em língua portuguesa, bem como de articular o posicionamento crítico do candidato acerca da temática proposta. Já o segundo dia é composto pela prova de redação e 40 questões avaliativas, sendo 5 para cada uma das disciplinas constituintes do caderno de questões: língua portuguesa; biologia; física; geografia; história; matemática e química. Além destas, o candidato deverá eleger entre as questões de língua estrangeira moderna (inglês ou espanhol) ou de língua indígena (Kaingang ou Guarani). Cabe mencionar que enquanto os candidatos paranaenses realizam a prova em diversos locais no Estado, e os demais a farão unicamente na cidade de Curitiba, capital.

3 DISCUSSÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA

Considerando os pressupostos da Linguística Aplicada e que o linguista/pesquisador deve ter um olhar crítico e sensível às questões sociais, políticas e culturais, em sua interação com os contextos sociais mais amplos, a metodologia deste artigo se baseia nos princípios da pesquisa qualitativa, conforme proposta por Bortoni-Ricardo (2008). Para Bortoni-Ricardo (2008) os princípios da pesquisa qualitativa se diferem da pesquisa quantitativa, a qual tem como foco estabelecer relações de causa e consequência entre fenômenos, pois procura entender e interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto em que a preocupação não está no produto, mas com o processo.

Neste sentido, e conforme Resende (2009, p. 57), uma perspectiva qualitativa de pesquisa é “indicada quando se pretende focar representações de

mundo, relações sociais, identidades, opiniões, atitudes, crenças ligadas a um meio social”. Em suma: perfeitamente tangível quando se analisa questões avaliativas das provas de acesso ao ensino superior, *corpus* deste trabalho.

3.1 A leitura em Língua estrangeira segundo a Nova BNCC

Como mencionado anteriormente e conforme as orientações constantes na nova BNCC (BRASIL, 2018, p. 476), o ensino da língua inglesa passa a ser obrigatório, restando às demais línguas um caráter optativo, mediante a disponibilidade da instituição ou da rede de ensino, sendo o espanhol a primeira opção nestes casos (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 11, § 4º). Diante desta prerrogativa, adota-se como norte para a discussão deste trabalho, as habilidades e competências propostas para o ensino da língua inglesa apresentadas pela nova Base Nacional Comum Curricular, passivelmente estendida às demais línguas estrangeiras.

Segundo o já citado documento (BRASIL, 2018, p. 243), o eixo leitura em LEM, engloba “práticas de linguagem decorrentes da interação do leitor com o texto escrito, especialmente sob o foco da construção de significados, com base na compreensão e interpretação dos gêneros escritos [...] que circulam nos diversos campos e esferas”. Destarte, o trabalho deve ser guiado de forma que os gêneros verbais e híbridos potencializem as diversas formas de ler, bem como os múltiplos objetivos de leitura e que levam ao letramento e aperfeiçoamento desta habilidade linguística.

Dentre as competências específicas das Linguagens e suas tecnologias para o ensino médio, etapa anterior aos processos de admissão ao ensino superior, destacam-se duas para dialogar com o presente artigo. O supracitado documento especifica que o aluno em formação seja capaz de usar a língua estrangeira:

[...] para aprofundar a compreensão sobre o mundo em que vivem, explorar novas perspectivas de pesquisa e obtenção de informações, expor ideias e valores, argumentar, lidar com conflitos de opinião e com a crítica, entre outras ações. Desse modo, eles ampliam sua capacidade discursiva e de reflexão em diferentes áreas do conhecimento. (BRASIL, 2018, p. 485).

Ademais, espera-se que esse aprendiz possa:

Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 490).

Estas duas menções dialogam diretamente com os preceitos da Educação Escolar Indígena, a qual deve ser de cunho intercultural, bilíngue, específica e diferenciada (BRASIL, 1994). A leitura em LEM permite o aluno indígena a compreender melhor o mundo ao seu redor, bem como os processos identitários e históricos que fazem parte dessa realidade diferenciada. Estas habilidades e competências somadas possibilitarão ao estudante indígena “compreender o mundo onde vive, apropriar-se de informações, estudar, pensar, refletir, e dirigir suas ações segundo as necessidades que são postas historicamente aos homens” (BRASIL, 1994, p. 20).

4 A PROVA DE ELE NO VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ

4.1 Alguns dados numéricos da prova de espanhol como LEM

Reforça-se aqui que este estudo tem como parâmetro as edições do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná em suas três últimas edições. Esse recorte se dá unicamente para que se delimite a atual prova de língua estrangeira apresentada em tempos da nova BNCC.

Muito embora a nova Base Nacional Comum Curricular não contemple o ensino da língua espanhola como língua estrangeira, percebe-se nitidamente que a adesão a essa língua nas provas de LEM é muito superior ao da língua inglesa. A título ilustrativo, dados da edição XIX, realizada pelo NC-UFPR, elucidam que o número de candidatos que optaram pelo espanhol só perde para os que elegeram a língua indígena Kaingang:

Tabela 1: Opção elegida pelos inscritos do XIX Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná/2019

Língua Estrangeira Moderna ou indígena	Quantidade de inscritos
Kaingang	331
Espanhol	258
Guarani	145
Inglês	18

Fonte: NC-UFPR: XIX Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná/2019-2020.

Esses dados se assemelham aos do ENEM 2019. De acordo com as estatísticas disponibilizadas pelo INEP¹, dos 5.095.338 candidatos, 2.673.579 optaram pela língua espanhola, superando os 2.421.809 que realizam a prova de LEM em inglês. Percebe-se em ambos os casos que o ensino de ELE se faz necessário não somente pelo número de adesão nas provas de admissão ao ensino superior, mas e principalmente, pela finalidade de manter um diálogo intercultural entre os diferentes povos étnicos com as comunidades indígenas locais (MUGRABI, 2002, p. 45).

4.2 O trabalho com o gênero e a temática indígena na prova de língua espanhola

Conforme Bronckart (2006, p. 13), todas as produções de linguagem situadas, as quais se constroem mediante a mobilização de recursos lexicais e sintáticos de uma língua natural, constituem-se uma unidade comunicativa qualificada como texto. Assim, diante do fato de que o falante, ao produzir um texto, vale-se necessariamente de escolhas, como a combinação de mecanismos e de certas modalidades linguísticas, diversos e variados tipos de textos são produzidos. É justamente o resultado destas configurações de escolhas que se caracterizam como gêneros de textos.

Por sua vez, Cristóvão (2001, p. 19) reforça que, ao longo da evolução humana, formaram-se variados tipos de textos oriundos das distintas atividades sociais, lembrando que foram esses diferentes tipos de textos que Bakhtin (1992) chamou de *gêneros do discurso*. Corroborando, nas palavras de Bronckart (2006, p. 13), o gênero emerge, portanto, do “trabalho que realiza as formações sócio-discursivas para que os textos sejam adaptados às atividades que eles praticam,

1 Fonte: INEP: Press Kit ENEM 2019.

adaptados a um meio comunicativo dado, eficazes em face a tal aposta social, etc.”. Por serem uma formação sócio-discursiva, os gêneros não possuem caráter estático e definitivo, mudando assim, com o tempo.

Altamente recomendado pela nova BNCC, o trabalho com os gêneros (verbais e híbridos) potencializa novas e diferenciadas formas de ler, ademais de estabelecer novos e diferentes objetivos de leitura. Além disso, as práticas de leitura em língua estrangeira propiciam “possibilidades variadas de contextos de uso das linguagens para pesquisa e ampliação de conhecimentos de temáticas significativas para os estudantes, com trabalhos de natureza interdisciplinar ou fruição estética de gêneros” (BRASIL, 2018, p. 244).

Com relação ao conteúdo temático de um texto, Bronckart (2003, p. 97) o caracteriza como sendo um “conjunto de informações que nele são explicitamente apresentadas, isto é, que são traduzidas no texto pelas unidades declarativas da língua natural utilizada”. Assim, por se tratar de uma prova voltada exclusivamente aos povos étnicos, espera-se que a temática indígena esteja presente nas questões que envolvam a linguagem, sobretudo as de LEM.

Na edição de 2017, o gênero textual escolhido foi o texto narrativo de cunho histórico intitulado “*El Maíz*”, cujo tema central aborda a origem do milho sob a ótica das lendas indígenas. Por sua vez, o gênero artigo informativo foi adotado na edição posterior, sob temática do multiculturalismo e plurilinguismo. Com título “*Las voces perdidas de latinoamérica: las lenguas indígenas luchan por sobrevivir*”, a edição de 2019 cobra dos alunos a interpretação textual de um artigo jornalístico.

Neste sentido, pondera-se que a temática indígena se faz presente nas provas de língua espanhola das três últimas edições do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, valorizando desta maneira, os costumes, as culturas e as diferentes identidades étnicas, além é claro, de estar em consonância com as recomendações da nova BNCC. Assim, a visão de língua do caderno de ambas edições reflete a língua como instrumento da valorização identitária, da preservação dos costumes e da tradição indígena, ou seja, mantendo vivo o exercício da língua, preservando-a como patrimônio coletivo que é (ECO, 2003).

4.3 Tipos de questões avaliativas

Para a classificação das questões utilizou-se do modelo de análise textual proposto por Beato-Canato (2009, p. 50), que, apoiada principalmente pelos estudos de Bronckart (2003; 2006), pauta as discussões em três dimensões, sendo elas:

- a) as condições de produção dos textos; b) a arquitetura textual, dividida em três níveis: infraestrutura (tipos de discurso e eventuais sequências), coerência temática (conexão, coesão nominal e coesão verbal) e coerência pragmática (gestão das vozes e modalizações) (BEATO-CANATO, 2009, p. 50).

Desta maneira, espera-se que as provas avaliativas que englobam o trabalho com o gênero textual destinado para com o ensino de línguas, adotem minimamente questões que fomentem tanto os aspectos de produção, da temática, além é claro, dos aspectos linguístico-gramaticais.

Após análise e discussão das questões da prova de língua espanhola das últimas três edições do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná e do modelo

2 SANABRIA, L. T. *ActuaL Lengua Guaraní*. Dicionário, Arami Grupo Empresarial: Asunción, Paraguay, 2002, p. 722.)

apresentado por Beato-Canato (2009), foi possível categorizá-las da seguinte maneira:

Tabela 2: Tipo de questões e número de aparições presentes na prova de LEM/Espanhol do XVII, XVIII e XIX Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná

Tipo da questão avaliativa	Quantidade de aparições
Interpretação textual	8
Foco na gramática	4
Tradução	2
Identificação do gênero	1

Fonte: o autor.

Muito embora Leffa (2012) pondere a distinção dos termos compreensão e interpretação de textos por possuírem características comuns e divergentes, valemo-nos neste trabalho do termo interpretação textual para designar a capacidade de decodificar e interagir com aquilo que o aluno está lendo, uma vez que o próprio manual do aluno assim o especifica. Dessa maneira, tanto as questões que visam a validação do conteúdo/temática central do texto, quanto aquelas que ponderam as intensões enunciativas das entrelinhas serão tratadas como sendo perguntas de cunho interpretativista.

No que tange às questões de cunho interpretativista do gênero textual, é variada a forma de estruturar estas perguntas, sendo que algumas propõem ao candidato identificar a que se refere algum trecho destacado, passando por questões que visam a identificação do sentido global do texto (figura 1 e 3), bem como algumas de elucidação do sentido dos vocábulos no contexto apresentado (figura 2). A continuação se exemplificará um excerto de cada um dos três cadernos de questões contendo perguntas que visam a interpretação textual:

Figura 1: Exemplo de questão de cunho interpretativista da edição de 2017 do vestibular

- Questão 06**
- Assinale a alternativa correta quanto ao conteúdo central do texto.
- Narra um acontecimento sobre a origem de uma moça que envelheceu e se tornou idolatrada pelo seu namorado.
 - Narra um episódio trágico ocorrido durante uma festa e que até o presente momento não foi desvendado.
 - Narra inúmeros acontecimentos que se sucedem até chegar à moça que foi assassinada em frente ao seu namorado.
 - Narra o grande amor que existia entre uma jovem e um jovem, do qual se originou um fruto conhecido pela população.
 - Narra a história de um grande amor que surgiu em uma floresta que perdurou até a velhice.

Fonte: UEM – XVII Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná – Caderno de questões. (2017, s/p).

Figura 2: Exemplo de questão de cunho interpretativista da edição de 2018 do vestibular

- 37-** En relación a la expresión: "*Unilingüismo y Uniculturalismo*" Se puede decir, según el texto que.
- Es un fenómeno de suma importancia para el desarrollo de las lenguas y culturas.
 - Es un factor relevante que hace con que las culturas y lenguas hagan parte del mundo globalizado.
 - Es un fenómeno que pone en peligro a las comunidades, por tratarse de querer unir las multiculturalidades y lenguas como algo esencial.
 - Es un factor que concienciación adoptados por los pueblos para mejorar sus modos de vida y de adaptación a la realidad globalizante.
 - Es un fenómeno que aún está por llegar, pero se hace presente en algunas sociedades ya catalogadas.

Fonte: UEPG – XVII Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná – Caderno de questões. (2018, s/p).

Figura 3: Exemplo de questão de cunho intertrativista da edição de 2019 do vestibular

37 - Tras la lectura del texto, es correcto afirmar:

- a) Las lenguas indígenas están continuamente revitalizándose y por eso tienden a aumentar con el pasar del tiempo.
- b) En Brasil las lenguas se fortalecen gracias a la política lingüística de los gobiernos municipales, estaduais y órganos no gubernamentales.
- ▶ c) Por la influencia de la globalización, muchas lenguas indígenas tienden a desaparecer en los próximos diez años.
- d) La única lengua que aún se mantiene viva en México es la lengua Ixcatec, hablada por los indígenas que viven en regiones apartadas de ciudad de México.
- e) En Paraguay la lengua indígena Maka es la lengua oficial utilizada por todos los ciudadanos paraguayos.

Fonte: UFPR – XIX Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná – Caderno de questões. (2019, s/p).

Cabe ressaltar, que dentre os quatro tipos de questões avaliativas elencados na tabela 2, as que visam a interpretação textual são justamente as que mais aproximam o candidato com os pressupostos da Educação Escolar Indígena. Ambas as ilustrações versam diretamente sobre o entendimento do aluno a respeito dos gêneros textuais propostos e que contemplam questões de cunho cultural. Neste sentido, pondera-se que o caráter intercultural foi atendido, aproximando o aluno com a sua realidade e, sobretudo, são questões que favorecem o entendimento de si e da identidade a que pertence. Ou seja, respaldadas na legislação vigente. De igual maneira, ambos os exemplos dialogam com a competência específica das Linguagens e suas tecnologias da nova BNCC, justamente por “aprofundar a compreensão sobre o mundo em que vivem” (BRASIL, 2018, p. 485).

Por sua vez, a partir das perguntas com foco na gramática e em aspectos mais formais da língua, é possível informar que as questões envolvem aspectos gramaticais e anafóricos. Além destas, encontram-se perguntas de cunho tradutório do espanhol ao português, conforme duas questões presentes na edição de número XVII do certame, o que não se viu nas posteriores edições do vestibular.

Por fim, apenas uma entre todas as questões analisadas compreendeu a identificação do gênero proposto:

Figura 4: Exemplo de questão com foco no gênero

Questão 07

Assinale a alternativa correta quanto ao gênero textual ora proposto.

- A) Trata-se de um texto argumentativo de cunho jurídico.
- B) Trata-se de um texto informativo de cunho meramente formal.
- C) Trata-se de um texto narrativo e de cunho histórico.
- D) Trata-se de um texto trágico de cunho jornalístico.
- E) Trata-se de um texto propagandístico de cunho comercial.

Fonte: UEM – XVII Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná – Caderno de questões. (2017, s/p).

Ante a variedade da ordem das questões, pondera-se que ambas provas buscaram formular um caderno avaliativo diversificado, ora com maior grau de atenção na gramática e outros aspectos formais, ora no enunciado. Conclui-se que ambas propostas versam sobre o trabalho com gêneros textuais e híbridos postulados para o ensino da LEM segundo a nova BNCC, quer dizer, englobam tanto o eixo linguístico (gramatical), quanto a dimensão intercultural (temática

voltada à realidade indígena), contribuindo efetivamente para que o aluno possa “Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural” (BRASIL, 2018, p. 246).

4.4 O papel da língua materna e espanhola nos enunciados das questões avaliativas

Com relação à língua com a qual o enunciado das questões avaliativas é formulado, percebe-se uma discordância: na edição de número XVII, tanto os cinco enunciados interrogativos quanto as possíveis respostas estão formulados em português, conforme ilustração a seguir:

Figura 5: Exemplo de questão com enunciado e alternativas em língua portuguesa

- Questão 06**
- Assinale a) alternativa **correta** quanto ao conteúdo central do texto.
- A) Narra um acontecimento sobre a origem de uma moça que envelheceu e se tornou idolatrada pelo seu namorado.
 - B) Narra um episódio trágico ocorrido durante uma festa e que até o presente momento não foi desvendado.
 - C) Narra inúmeros acontecimentos que se sucedem até chegar à moça que foi assassinada em frente ao seu namorado.
 - D) Narra o grande amor que existia entre uma jovem e um jovem, do qual se originou um fruto conhecido pela população.
 - E) Narra a história de um grande amor que surgiu em uma floresta que perdurou até a velhice.

Fonte: UEM - XVII Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná – Caderno de questões. (2017, s/p).

Por outro lado, em ambos cadernos de questões das posteriores edições (XVIII e XIX), tanto a formulação de todas as perguntas como as possíveis alternativas corretas se encontram em língua espanhola. A decisão de maior ou menor grau de inserção da língua materna (LM) no processo de ensino/aprendizagem de línguas reflete diretamente o aporte metodológico que o acompanha.

Inicialmente, o modelo Gramática-tradução aceitava com bons olhos a prática do uso da LM durante o processo. Por sua vez, alguns modelos como o Áudio-lingual, rejeitavam essa prática, uma vez que, na visão desse recorte de ensino-aprendizagem de línguas, “a L1 e a L2 são consideradas como sistemas linguísticos distintos e passíveis de criar interferências. Assim, a língua recomendada em sala de aula é a língua-alvo” (GERMAIN, 1993, p. 145, tradução nossa)³. Mais atualmente, modelos como a Abordagem⁴ comunicativa e o avanço da Didática da Tradução contribuíram para desconstruir mitos sobre o uso da língua materna no ensino de línguas, culminando no equilíbrio entre o uso da LM e LE no processo de aquisição de uma nova língua, a depender, por exemplo, do grau de familiarização do aluno com a língua-alvo.

3 “L1 et L2 étant considérées comme deux systèmes linguistiques différents susceptibles de créer des interférences, la langue d’usager recommandée en salle de classe est la langue-cible”.

4 De acordo com Leffa (1988), a cargo da enorme abrangência com que se usava o termo “método” no passado, que vai desde a fundamentação teórica que dá sustentabilidade ao próprio método, culminando na elaboração de normas para a criação dos cursos de línguas, convencionou-se subdividi-lo em abordagem, do inglês “*approach*”. Assim, enquanto as abordagens variam na medida em que variam os pressupostos, o método é mais restrito e pode estar contido dentro de uma abordagem. Neste sentido, o autor sugere a utilização do termo “abordagem”, por ser mais abrangente e engloba os pressupostos teóricos acerca da língua e da aprendizagem.

Contudo, se por um lado alguns autores (CRISTÓVÃO, 1996; DURÃO, 1999; GREGGIO, 2004) defendem o papel e a adoção da LM nas aulas de LE, outros como Widdowson (1991, p. 36), fundamentam a ideia de que a língua materna “distrai a atenção do aluno dos meios pelos quais a língua estrangeira expressa significados”. Essa prática, na voz do mesmo autor, visa que o aprendiz “venha conhecer a língua estrangeira da mesma maneira que concebe a sua própria língua materna e a usá-la da mesma maneira como atividade comunicativa” (WIDDOWSON, 1991, p. 215).

Pondera-se, neste caso de divergência entre uma edição e outra, que valer-se da LM ou da LE, ademais de refletir o recorte metodológico do ensino de línguas em cada edição, reforça o caráter miscigenado e diversificado para com o processo de vestibular. Cabe nestes casos, que o aluno se familiarize com os diferentes modelos e ative todos os recursos necessários para melhor se posicionar perante as questões avaliativas do vestibular indígena.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Viu-se no decorrer deste artigo que, embora o ensino da língua espanhola não seja mais obrigatório, há uma grande adesão pela língua nas provas de acesso ao ensino superior, inclusive no caso específico das provas do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná. Nesse importante veículo de vagas suplementares das principais universidades no estado, as provas de espanhol são variadas tanto no âmbito estrutural, quanto na concepção de língua que lhes rege.

Pondera-se que a prova de LEM – Espanhol atende perfeitamente as normativas e habilidades do ensino de línguas pontuado pela nova Base Nacional Comum Curricular, como “identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural” (BRASIL, 2018, p. 246). Destarte, a temática indígena se faz presente em todos os cadernos de questões, tudo isso para que haja de fato uma maior integração, contextualização e um caráter diferenciado, bilíngue e intercultural que norteia a Educação Escolar Indígena (Brasil, 1994).

Por fim, pode-se concluir que o ensino da língua espanhola, ademais de atender as normativas educacionais vigentes no país, mostra-se relevante e necessário para que os diferentes povos étnicos possam valer-se dele de forma eficaz e com propriedade no também importantíssimo Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326.

BEATO-CANATO, A. P. M. **O desenvolvimento da escrita em língua inglesa com o uso de sequências didáticas contextualizadas em um projeto de troca de correspondências**. 2009. 307f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, 2009.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola. 135p. (Série Estratégias de Ensino, n. 8.)

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base.** Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Lei Federal 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm . Acesso em 25 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.161**, de 5 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 ago. 2005. Disponível em: <http://bit.ly/2w7rLPz> . Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comitê de Educação Escolar Indígena. **Diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena**. 2. ed. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 247 1994.

BRONCKART, J.-P. Interacionismo Sócio-discursivo: uma entrevista com Jean Paul Bronckart. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL**. Vol. 4, n. 6, março de 2006. Tradução de Cassiano Ricardo Haag e Gabriel de Ávila Othero. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

BRONCKART, J.-P. Visão de conjunto. In. BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discurso: por um interacionismosócio-discursivo**. 2a ed. São Paulo: EDUC, 2003.

CRISTOVÃO, V. L. L. **Gêneros e ensino de leitura em LE: os modelos didáticos de gêneros na construção e avaliação de material didático**. 2001. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

CRISTOVÃO, V. L. L. O Uso de L1 no ensino L2. In: **V EPLE**. Londrina. Caderno de Resumo, 1996.

DURÃO, A. B. A. B. **Análisis de errores e interlengua de brasileñosaprendices de español y de españolesaprendices de portugués**. 1. ed. Londrina: EDUEL, 1999. v. I. 361p.

ECO, U. **Sobre a literatura**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GERMAIN, C. **Évolution de l'enseinementdes langues: 5000 ans d'histoire**. Paris: Clé International, 1993.

GREGGIO, S. **Analyzing code switching in the EFL classroom from qualitative and sociocultural perspectives**. Dissertação (Mestrado em Letras Inglês e Literatura Correspondente) - Programa de Pós-Graduação em Inglês, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LEFFA, V. J. Interpretar não é compreender: um estudo preliminar sobre a interpretação de texto. In: LEFFA, V. J.; Aracy Ernst. (Org.). **Linguagens: metodologia de ensino e pesquisa**. 1ed. Pelotas: Educat, 2012, v. 1, p. 253-269.

LEFFA, V. J. Metodologia do ensino de línguas. In BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. **Tópicos em lingüística aplicada: O ensino de línguas estrangeiras.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. p. 211-236.

MUGRABI, Edivanda. O Ensino Superior Indígena no Espírito Santo e o papel da universidade. In: **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores (1: 2001: Brasília)** Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores: educação indígena. / Marilda Almeida Marfan (Organizadora). Brasília: MEC, SEF, 2002. 204 p.: il. ; v.4.

PARANÁ. **Lei 13134** - 18 de Abril de 2001. Reserva 3 (três) vagas para serem disputadas entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses, nos vestibulares das universidades estaduais. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=4440> . Acesso em: 25 ago. 2020.

PARANÁ. **Lei 14.995** - 09 de Janeiro de 2006. Nova redação ao art. 1º, da Lei nº 13.134/2001. Disponível em: www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=4008 . Acesso em: 25 ago. 2020.

PARANÁ. **Resolução Conjunta nº 006/2007.** SETI/UUEL/UEM/UEPG/UNIOESTE/UNICENTRO/UNESPAR/UENP/UFPR. Comissão Interinstitucional para Acompanhamento dos Estudantes Indígenas. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/divisao-politicas-graduacao/cuia/documentos/resolucao_006_07.pdf . Acesso em: 25 ago. 2020.

RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica e realismo crítico:** implicações interdisciplinares. Campinas: Pontes Editores, 2009.

UNIVERSIDADE Estadual de Maringá. **XVIII Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná.** UEM, 2017.

UNIVERSIDADE Estadual de Ponta Grossa. **Coordenadoria de processos de seleção XVIII Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná.** UEPG, 2018.

UNIVERSIDADE Federal do Paraná. **XIX Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná.** NC-UFPR, Curitiba, 2019.

WIDDOWSON, H. G. **O ensino de línguas para a comunicação.** Tradução de J. Carlos P. Almeida Filho. Campinas: Pontes, 1991.